

EDITORIAL

A edição 12 da Revista do curso de Direito das Faculdades Integradas de Bauru – FIB apresenta artigos científicos que transitam de forma transversal entre áreas do conhecimento, como, por exemplo, a geografia, a filosofia, a história, e o Direito como horizonte de sentido para transformação da sociedade e construção de respostas jurídicas adequadas aos desafios da hipercomplexidade pós moderna.

Portanto, essa edição da revista jurídica perpassa pelo diálogo de áreas do conhecimento e em seu primeiro artigo há o encontro da Geografia e o Direito com o tema: “Direito à Cidade e Desastres Naturais: O ODS 11 como possibilidade de (re)organização urbana no cenário das pequenas cidades (resilientes)”, dos autores Matheus Stangherlin e Camilo Stangherlim Ferraresi. A pesquisa busca respostas jurídicas adequadas à luz do Direito à Cidade para o enfrentamento dos desastres naturais em pequenos municípios. Aqui se insere o desafio para o Direito no cenário das mudanças climáticas e dos desastres ambientais no espaço urbano.

Na sequência, Marcia Regina Negrisoli Fernandez Poletini apresenta a temática “Compliance na Administração Pública” e destaca a importância desse mecanismo de gestão no enfrentamento do combate à corrupção na Administração Pública. “O papel do Estado no combate à intolerância religiosa: efetivação do Direito à Liberdade Religiosa para as religiões de matriz africana” é o terceiro artigo, dos autores Gabriel Henrique Vitorino Alves de Jesus e Maria Cláudia Zaratini Maia. Tema de relevância fundamental para a construção de uma sociedade plural e inclusiva, destaca a necessidade de políticas públicas para efetivação dos Direitos Humanos e para o enfrentamento a intolerância religiosa.

Em seguida, o autor César Augusto Micheli transita pelo Direito do Trabalho e sua importância como instrumento de proteção do trabalhador, especialmente em tempos de crise como no contexto da pandemia, com o artigo “O Direito do Trabalho em tempos de pandemia”.

O próximo artigo, Matheus Henrique de Castro Pola e Camilo Stangherlim Ferraresi, tem como objeto a análise dos Direitos Humanos no plano internacional,

especialmente no reconhecimento da capacidade postulatória do indivíduo no âmbito da Corte Interamericana de Direitos Humanos com a temática “O Indivíduo como sujeito de Direito Internacional: A implementação do *jus standi in judicio* perante a Corte Interamericana sob a luz dos Direitos Humanos”.

Na sequência, as autoras Ana Cláudia Scudilio Marli Monteiro analisam “A Adoção e a Homoparentalidade na legislação brasileira” O artigo faz uma abordagem da adoção por casais com orientação sexual diversa, ou seja, casais em união homoafetiva, seus requisitos e efeitos.

Em seguida, o autor Bazilio de Alvarenga Coutinho Junior enfrenta o tema feminicídio com o artigo “Brevíssimas reflexões sobre a previsão típica da figura fundamental do feminicídio”. O autor busca analisar o tipo penal em si e a problemática em torno da definição jurídica de mulher de forma a se estabelecer se o alcance da norma chega a abarcar os transexuais.

No próximo artigo, há a análise do instituto do juiz das garantias realizado pelos autores, Aline Stefane Batista de Toledo e Camilo Stangherlim Ferraresi, com o tema “A (In) Constitucionalidade do Juiz das Garantias”.

A “Incorporação imobiliária: possibilidade de alcance da propriedade por intermédio da promessa de venda de coisa futura” é o objeto da pesquisa das autoras Juliana Cristina Fogaça Cezarino e Claudia Fernanda de Aguiar Pereira. Com o artigo, as autoras apresentam aspectos, peculiaridades, obrigações, qualificações necessárias, benefícios e certas garantias dentro da atividade de incorporação imobiliária.

O fechamento dessa edição tem o artigo “A Convenção de Singapura e os rumos da mediação comercial internacional no Brasil”, dos autores Kátia Raquel Esposito e Tales Manoel Lima Vialôgo, que tem por objetivo analisar os meios alternativos de solução de conflitos no cenário do direito internacional privado e apresentar a mediação comercial internacional.

Percebe-se, portanto, a reflexão sobre temas atuais e importantes do cenário jurídico nacional, mas também um diálogo com outras áreas do conhecimento, que enriquece o conteúdo das pesquisas e amplia a compreensão do fenômeno jurídico a partir de sua incidência para regular os diversos sistemas sociais da sociedade pós moderna e os (novos) fatos jurídicos que surgem no cenário de transformação das transformações sociais.

Como podem observar, os artigos desta edição foram selecionados com muito critério e cientificidade, com destaque a pluralidade e transversalidade dos temas pesquisados pelos autores. Esperamos que os textos possam trazer grandes contribuições e promover debates muito relevantes. Desejamos a todos e todas uma excelente leitura!

Prof. Dr. Camilo Stangherlim Ferraresi
Editor-Chefe da Revista JurisFIB